



ANEXO XI

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO ____/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.025/2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE FIRMAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SAQUAREMA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A____, QUE TEM POR OBJETIVO DELIMITAR AS DIRETRIZES PARA CELEBRAÇÃO DE PARCEIRIA, NOS TERMOS DA LEI N.º 13.019/14, COM OSC PARA GESTÃO DE MOEDA SOCIAL - MOEDA SAQUÁ, CRIADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.189 DE 28 DE JANEIRO DE 2022, E A IMPLANTAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DIGITAL DE SAQUAREMA, APOIO PARA CADASTRAMENTO DE BENEFICIÁRIOS E PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS CORRELATOS AOS PROGRAMAS SOCIAIS INSTITUÍDOS PELA CITADA LEI, BEM COMO ASSEGURAR MICROCRÉDITO PARA APOIO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS DO MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES DO MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO DE SAQUAREMA, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº, com sede a Rua– Centro, SAQUAREMA – RJ, neste ato representado por sua Secretária, o



Sra. _____, brasileira, inscrito no RG sob o nº _____, CPF sob o nº _____, doravante denominado MUNICÍPIO, e do outro lado, a

_____, doravante denominado simplesmente **PARCEIRA**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com inscrição no CNPJ sob o nº _____

_____, com sede na Rua _____

_____, neste ato representado por sua _____, a Sra. _____, inscrita no RG sob o nº _____

_____, CPF nº _____, resolvem firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento legal no disposto na Lei nº 13.019/14, e no resultado do Chamamento Público nº _____/2022, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA FINALIDADE

1.1. O presente instrumento tem por objetivo delimitar as diretrizes para celebração de parceria, nos termos da lei nº 13.019/14, com OSC para gestão de moeda social - Moeda Saquá, criada pela Lei Municipal nº 2.189 de 28 de janeiro de 2022, e a implantação do Banco Comunitário Digital de Saquarema, apoio para cadastramento de beneficiários e pagamento de benefícios correlatos aos Programas Sociais instituídos pela citada lei, bem como assegurar microcrédito para apoio as atividades produtivas do micro e pequenos empreendedores do Município.

1.2. A atuação da PARCEIRA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da política de desenvolvimento do MUNICÍPIO e será efetuada em articulação com a SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1.3. Será definido no PLANO DE TRABALHO, anexo ao presente, as metas a serem alcançadas, definindo as condições para sua execução e os critérios para a fiscalização, acompanhamento e avaliação do desempenho da PARCEIRA, com base em indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Bem como todo o detalhamento das ações a serem desenvolvidas no âmbito da presente Parceria.

CLÁUSULA SEGUNDA – PROGRAMA DE TRABALHO

2.1. O programa de trabalho compreende ação global de modelagem estratégica e operacional da PARCEIRA e um plano de ações.

2.2. A modelagem estratégica e operacional da PARCEIRA deverá contemplar as ações definidas no Plano de Trabalho e no Termo de Referência que estabeleceu as diretrizes para a celebração do presente Termo de Colaboração.

2.3. O Plano de trabalho segue anexo a este instrumento, e faz parte integrante do mesmo, independente de transcrição.

2.4. O Plano de trabalho, quando necessário complemento de ordem técnica e financeira na



consecução de etapas e fases de execução, indicadores, estratégias, atividades, cronograma e orçamento por atividade será objeto de aditivos particularizados a este TERMO.

2.5. Os termos aditivos, poderão ser firmados da parte do Município, unicamente pelo representante da SMDS, na forma do art. 77, inciso I, da Lei Orgânica do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA PARCEIRA

3.1. Constituem-se obrigações da PARCEIRA, por força deste TERMO DE COLABORAÇÃO, além dos demais compromissos assumidos:

3.1.1. Executar as ações necessárias à consecução do objeto do Termo de Colaboração a ser firmado, dentre estas aquelas estabelecidas no Plano de Trabalho.

3.1.2. Acatar e cumprir as orientações e determinações da SMDS e seus representantes.

3.1.3. Contratar e disponibilizar recursos humanos, para condução das atividades em consonância com os parâmetros estabelecidos pelo Plano de Trabalho.

3.1.4. Contratar e remunerar os profissionais selecionados, responsabilizando-se pelo pagamento dos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o pessoal necessário à consecução do objeto do convênio a ser firmado.

3.1.5. Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria: remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da PARCEIRA, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas; diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija; custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria; aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

3.1.6. Aplicar os recursos transferidos pela Administração Pública exclusivamente na execução das ações pactuadas, em conta corrente específica. Não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a PARCEIRA estiver em situação regular no parcelamento.

3.1.7. Informar eventual alteração de sua razão social ou de mudança de sua Diretoria ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da Certidão do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

3.1.8. Prestar contas **MENSALMENTE** da integralidade dos valores repassados pela **MUNICÍPIO**, de acordo com as normas previstas no Edital, apresentando a prestação de contas da execução físico-financeira, com apresentação dos recibos originais a Secretaria responsável.

3.1.9. Emitir, **trimestralmente**, relatórios consolidados das atividades desenvolvidas.



3.1.10. Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva, bem como pela reposição, dos equipamentos permanentes cedidos pelo Município.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. Constituem-se obrigações do MUNICÍPIO, por força deste TERMO DE COLABORAÇÃO:

4.1.1. Exercer a coordenação geral, supervisão e acompanhamento das ações executadas pela **PARCEIRA**.

4.1.2. Colaborar com a **PARCEIRA** na capacitação dos profissionais que irão trabalhar nas ações pactuadas.

4.1.3. Garantir serviços necessários ao funcionamento das ações previstas no Termo de Colaboração.

4.1.4. Fornecer material permanente e/ou de consumo para execução das atividades e serviços ou prever e disponibilizar recursos financeiros que garantam a ideal execução dos serviços.

4.1.5. Analisar a prestação de contas apresentada pela **PARCEIRA**.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O valor do presente TERMO DE COLABORAÇÃO é de **R\$** _____ que será reapassado conforme cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho apresentado pela **PARCEIRA**.

5.2. Os recursos orçamentários previstos para a presente contratação são as seguintes:

5.3. Os recursos provenientes do presente instrumento, serão geridos pela **PARCEIRA**, observados os seguintes princípios e critérios:

I – legalidade, celeridade, finalidade, razoabilidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade, moralidade e economicidade;

II – diretrizes estratégicas estabelecidas pela Secretaria da Educação do Município, constantes na política de Desenvolvimento da Educação Pública.



CLÁUSULA SEXTA – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. O desempenho da PARCEIRA será avaliado pela SMDS, com base na execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO, a partir da sistemática de acompanhamento e avaliação própria.

6.2. Para efeito de avaliação, ao final deste Termo de Colaboração, a PARCEIRA elaborará e apresentará a SMDS, relatório circunstanciado de prestação de contas e relatório circunstanciado da execução deste instrumento, comparando os resultados e as metas alcançadas em consonância com o programa de trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. A PARCEIRA encaminhará à SMDS, na forma da lei, a sua prestação de contas contendo as respectivas demonstrações contábeis, conforme estabelecido no Termo de Referência e Plano de Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA - DO REPASSE

8.1. Os recursos serão transferidos trimensalmente para a **PARCEIRA** em conformidade com os valores estabelecidos, vigentes no mês, mediante emissão e conferência do recibo de pagamento.

8.2. Juntamente com a apresentação do recibo, o prestador deverá enviar, também, o Relatório de Execução das Atividades, o Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (Lei nº 8.036/90 – art. 27-a), a Certidão Negativa de Débitos (CND) Federais, bem como a certidão negativa de débito com a municipalidade, Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão Negativa de débitos estaduais, com validade na data de suas apresentações, condição indispensável para liberação do pagamento.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1. O presente TERMO DE COLABORAÇÃO vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo pelo período máximo de 60 (sessenta) meses.

9.2. A repactuação, parcial ou total deste TERMO DE COLABORAÇÃO, formalizada mediante assinatura de termo aditivo específico e necessariamente precedida de justificativa da PARCEIRA e da SMDS, poderá vir a ocorrer nas seguintes hipóteses:

9.2.1. para adequação a novas políticas governamentais que inviabilizem a execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO, nas condições pactuadas;



9.2.2. para adequar o Programa de Trabalho à Lei Orçamentária Anual;

9.2.3. para ajustes do programa de trabalho resultantes da avaliação da PARCEIRA ou por proposição da MUNICÍPIO, desde que haja a concordância do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento do TERMO DE COLABORAÇÃO, por uma das partes, poderá resultar na desoneração das obrigações contratuais pela contra parte, independente das medidas legais cabíveis, podendo ocorrer nas seguintes situações:

10.1.1. não observância, ainda que parcial, das cláusulas e do Programa de Trabalho, decorrente de má-gestão, culpa, dolo ou violação da legislação por parte da diretoria da PARCEIRA.

10.1.2. na hipótese de não atendimento às recompensas da SMDS, por determinação expressa do Titular da PARCEIRA.

10.2. O descumprimento contratual de que se trata o **caput** será reportado pelo Secretário, por meio dos seus relatórios de acompanhamento e avaliação.

10.3. Atestado o descumprimento do TERMO DE COLABORAÇÃO, o Secretário, encaminhará pedido de justificativa da PARCEIRA, a qual ficará obrigada a responder de forma fundamentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

10.4. Em caso de não aceitação da justificativa pela SMDS, o Sr. Secretário submeterá ao Excelentíssimo Sr. Prefeito proposta de adoção de medidas legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

11.1. O presente TERMO DE COLABORAÇÃO e seus Termos Aditivos serão publicados através de extratos no Diário Oficial do Município, ficando a cargo da MUNICÍPIO as providências e o ônus de sua publicação.

11.2. A PARCEIRA providenciará a divulgação, nos termos do regulamento próprio da instituição, do seu relatório de execução deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Acompanhamento Técnico e Avaliação - CAT, especialmente designada para este fim pela MUNICÍPIO, de acordo com



o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O descumprimento pelas partes dos compromissos assumidos neste termo ensejará a rescisão do presente instrumento e a aplicação das penalidades previstas no Art. 78 incisos I a XII e XVII, c/c o Art. 77 da Lei 8.666/93, uma vez que as partes são concordes de que as mesmas devam ser aplicadas a este termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para dirimir questões oriundas da execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO, que não possam ser solucionadas administrativamente, fica eleito o foro da comarca de SAQUAREMA/RJ.

E por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, em 3 (três) vias de igual teor, conteúdo e forma, para os devidos fins de direito com as das testemunhas abaixo qualificadas.

SAQUAREMA (RJ), ____ de _____ de 2022.

.....

MUNICÍPIO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PARCEIRA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CPF:

CPF: